



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª
(VIGÉSIMA SEGUNDA)
REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 24 DE AGOSTO DE 2023.**

INÍCIO ÀS 10H02MIN

TÉRMINO ÀS 12H50MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do Distrito Federal para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Informo que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fará o isolamento dos assentos destinados aos deputados, dispostos pelo plenário, para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando o depoente e das autoridades autorizadas por esta presidência. Às autoridades autorizadas, peço que conversem com a Sarah, caso queiram se sentar mais à frente. Os assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou a galeria. Conto com a colaboração de todos.

Solicito aos deputados que registrem a presença. (Pausa.)

Encontram-se presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Hermeto, o deputado Fábio Félix e a deputada Jaqueline Silva, titulares; e o deputado Gabriel Magno, suplente.

Leitura, discussão e votação da Ata da 21ª Reunião Ordinária, de 17 de agosto de 2023.

A ata foi distribuída a todos os gabinetes.

Já está presente na reunião o deputado Pastor Daniel de Castro.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

– [Ata da 21ª Reunião Ordinária](#).

Deputado Hermeto, V.Exa. sente necessidade de lermos a ata ou podemos ir direto à apreciação, tendo em vista que todos os deputados a conhecem?

DEPUTADO HERMETO – Vamos direto à apreciação, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Em votação a ata.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim"

estarão aprovando a ata; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

A ata obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovada.

Pergunto ao deputado Hermeto se tem algum comunicado urgente a fazer a esta comissão.

DEPUTADO HERMETO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Requerimentos administrativos.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 196/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Solicita ao Comando Militar do Planalto que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópia do Ofício 113 – COp/CMP".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 197/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Solicita ao Gabinete de Segurança Institucional que preste todas as informações atinentes aos atos de vandalismo do dia 08/01/2023, esclarecendo para tanto sobre os procedimentos adotados na segurança das instalações do Palácio do Planalto, incluindo os respectivos documentos comprobatórios, "Plano Escudo", o responsável pelo planejamento da segurança do Palácio do Planalto, a classificação de risco dada ao movimento, informações de inteligência recebidas da ABIN (Relatórios e Alertas de Inteligência), efetivo destacado para proteção do prédio, eventual reforço, assim como outras informações".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim"

estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim, pela aprovação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, pela aprovação.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim, pela aprovação, presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, pela aprovação, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 198/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Requer a convocação do senhor Walter Delgatti Neto, na condição de testemunha, para prestar depoimento a respeito de acontecimentos relacionados aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023".

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Senhor presidente, muito rapidamente desejo justificar a autoria do requerimento.

Acho que esta CPI já chamou várias testemunhas e fizemos várias diligências. Ouvimos testemunhas e quem estava no dia 8, tanto na organização, quanto os próprios financiadores. Quero lembrar que, no requerimento de instalação desta CPI, consta que o objetivo é investigar também os atos preparatórios e executórios ocorridos, no Distrito Federal, em 12 de dezembro de 2022 e em 8 de janeiro de 2023. É nesse sentido que apresentamos este requerimento para escutar o senhor Walter Delgatti Neto, que acho que tem informações muito relevantes sobre esse processo preparatório, no sentido da organização para tentar fraudar a urna e desestimular, que foram objetivos que levaram tanto aos acampamentos em frente ao quartel-general, quanto ao ato do dia 8. É nesse sentido que apresentamos este requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só para ponderar. V.Exa. sabe do meu posicionamento. Eu acho que, se houve apresentação de requerimentos, para mim, temos que aprovar tudo, mesmo porque é uma tribuna.

Não consigo ver essa conexão de um bandido condenado, sem moral, um crápula, que deu prejuízo a tantas pessoas, vir aqui, nesta casa, fazer circo na tribuna, como ele fez no Congresso Nacional. Vou votar favoravelmente à convocação dele porque quero olhar na cara desse bandido, nesta tribuna, e inquiri-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim, pela aprovação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, pela aprovação.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim, pela aprovação, presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Comunico que os deputados membros desta CPI, por unanimidade, assinaram o requerimento lido em plenário, na terça-feira, dia 22 de agosto de 2023, para que os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito sejam prorrogados por mais 90 dias.

Entendemos que são muitos fatos que ainda devem ser investigados. Precisamos nos aprofundar em novas provas que estão surgindo e realizar todas as oitivas já aprovadas. A sociedade de Brasília e o Brasil esperam por essas respostas. Por isso, a necessidade de estendermos o prazo dessa CPI. Portanto, só comunicando que já está aprovado e publicado. Portanto, a CPI está prorrogada.

Na hora de o pessoal digitar... Dizem que foi o corretor, porque o corretor de computador é culpado de tudo. "A culpa é dele". Disseram que foi o corretor. Colocaram o nome da deputada Jaqueline Silva como sendo Jaqueline Roriz. Eu já corriji imediatamente porque é a deputada Jaqueline Silva, não é Jaqueline Roriz. E dizem que a culpa foi do corretor.

Hoje ouviremos o senhor Mauro César Barbosa Cid, tenente-coronel do Exército Brasileiro. Na próxima semana, dia 31 de agosto, ouviremos duas testemunhas: o senhor Armando Valentin Settin Lopes de Andrade e o senhor José Acácio Serere Xavante. Portanto, a sessão da próxima quinta-feira, dia 31, vai começar a partir das 9 horas da manhã. Está aprovado, não é isso relator?

DEPUTADO HERMETO – Com certeza, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, todos os deputados fiquem em alerta: deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Fábio Félix, deputada Jaqueline Silva. Na próxima quinta-feira, a sessão começará às 9 horas.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, já comunico que – e já comuniquei ao meu suplente –, na próxima quinta-feira, eu não estarei aqui. Então, antecipadamente já avisei. Já pedi que avisassem o suplente, já coloquei a nossa assessoria à disposição também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ótimo. V.Exa. vai fazer muita falta.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É a primeira ausência na casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Primeira vez. Eu tenho certeza de que, no dia do *hacker*, V.Exa. estará aqui olhando no olho dele. (Pausa.)

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o senhor Mauro César Barbosa Cid.

O requerimento que trata dessa convocação é o Requerimento nº 153/2023, de autoria do deputado Fábio Félix.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Mauro César Barbosa Cid, esclareço que o senhor está diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda ter envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por advogado.

Senhor Mauro César Barbosa Cid, o senhor está acompanhado por advogado?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos iniciar os nossos questionamentos...

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pois não, senhor advogado.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Quero cumprimentar este parlamento. Tenho satisfação de estar aqui. Nós poderíamos não vir. Nós viemos sem problema nenhum, acho que vale a pena prestigiarmos. Só há um aspecto que quero deixar claro: ele não é testemunha. Quem está envolvido nos fatos, quem é investigado não é testemunha. Ele é indiciado e, como tal, tem direito ao silêncio. Ele vai fazer uma primeira manifestação inicial, e posteriormente decidiremos. Está bom? Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor advogado, eu concedi a palavra para que V.Sa. pudesse fazer o seu pronunciamento, mas quem decide se é indiciado ou se é testemunha é a CPI. Está decidido que ele é testemunha.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Eu respeito a sua decisão. Só que a decisão em relação a ele é minha.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor Mauro Cid, o senhor gostaria de fazer algum pronunciamento inicial?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está com a palavra, senhor Mauro Cid.

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Excelentíssimo senhor deputado Chico Vigilante, presidente desta comissão; excelentíssimo senhor deputado Hermeto, relator; excelentíssimo senhor deputado Fábio Félix, membro desta comissão, em nome de quem cumprimento todos os parlamentares aqui presentes, manifestando o meu respeito a V.Exas.

Nesta oportunidade, acho importante trazer a minha trajetória dentro das Forças Armadas. Sou tenente-coronel do Exército, tenho 27 anos de serviço e atuei em várias unidades operacionais. Fui observador militar das Nações Unidas no Chipre e também fui instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras.

Em 2018, eu havia sido selecionado para participar do curso de Estado-Maior do Exército americano, entretanto fui redesignado pelo então comandante do Exército para assumir a função de chefe da Ajudância de Ordens da Presidência da República.

Neste ponto, é importante destacar que esta função é exclusivamente de natureza militar, conforme a regulamentação do Decreto nº 10.374 de 2020; ademais a minha nomeação jamais teve qualquer ingerência política.

Para conhecimento de V.Exas., o ajudante de ordens é a única função de assessoria próxima ao presidente que não é objeto de sua própria escolha, sendo de responsabilidade das Forças Armadas selecionar e designar os militares que a desempenharão.

As atribuições da Ajudância de Ordens estavam descritas no art. 8º do referido decreto – abro aspas –: "À Ajudância de Ordens compete:

I - prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente da República nos assuntos de natureza pessoal, em regime de atendimento permanente e ininterrupto, em Brasília ou em viagem;

II - receber as correspondências e os objetos entregues ao Presidente da República em cerimônias e viagens e encaminhá-los aos setores competentes; e

III - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República.” Fecho aspas.

Na prática, a função do ajudante de ordens consistia basicamente em um serviço de secretariado executivo do ex-presidente, tendo como exemplo a execução das seguintes tarefas: execução da agenda; recepção e encaminhamento de pessoas ou autoridades para as reuniões; atendimento de ligações e recebimento de correspondências; impressão de documentos; recebimento e entrega de presentes; e auxiliar nas atividades particulares do ex-presidente, como almoços, viagens, finanças pessoais.

No dia a dia das reuniões e agendas realizadas pelo ex-presidente, nós recepcionávamos os participantes e os direcionávamos ao local desejado, ficando ao lado de fora das salas de reunião, sempre à disposição, caso o mandatário necessitasse de algo. Da mesma forma, exatamente pela descrição inerente à função, não questionávamos o que era tratado nas respectivas agendas e reuniões.

Recebíamos muitas ligações e pedidos de autoridades, de ministros do Executivo, Legislativo e Judiciário, como, por exemplo, para encaixe na agenda do ex-presidente, participação e encaminhamento de temas para as *lives*, transmissão de recados, pedidos para participar de algum evento ou de viagens e, até mesmo, de verificar a possibilidade de tirar uma foto com o ex-presidente.

Na mesma linha, nos 4 anos em que servi como ajudante de ordens, não estava na minha esfera de atribuição analisar propostas, projetos ou demandas trazidas pelos ministros de Estado, autoridades e demais apoiadores. Ou seja, não participava de atividades relativas à gestão pública.

Em respeito ao Congresso Nacional e seguindo a mesma linha adotada naquela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e sem qualquer intenção de desrespeitar V.Exas. e os trabalhos conduzidos por esta CPI, considerando a minha inequívoca condição de investigado e por orientação da minha defesa técnica, farei uso, em toda esta sessão, do meu direito constitucional ao silêncio.

Agradeço a atenção de V.Exas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, senhor Mauro Cid.

O senhor tem o direito de ficar calado naquilo que o senhor julgar que implica o senhor, mas eu tenho o direito e o dever de fazer as perguntas que achar necessárias, e farei todas elas.

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Mauro Cid, há quanto tempo o senhor conhece a família Bolsonaro e convive com ela? Existe algum vínculo de amizade entre a sua família e a família Bolsonaro? Se sim, o senhor poderia nos dizer desde quando existe esse vínculo? O senhor já havia trabalhado com algum membro da família Bolsonaro antes de ser ajudante de ordens do ex-presidente?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor vai permanecer em silêncio?

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Senhor presidente, ele ficará em silêncio sempre. Então, o senhor pode fazer as perguntas, que não tem problema. Para você não ficar repetindo coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não. Vou fazer todas.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Isso. Pode fazer, mas ele não precisa responder “vou ficar em silêncio”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não. Eu faço questão que ele responda que vai ficar em silêncio. O silêncio fala muito.

Senhor Mauro Cid, o senhor se tornou ajudante de ordens do ex-presidente da República pela amizade, influência que seu pai, o general Mauro Lorena Cid, nutria com o ex-presidente? O seu

pai também foi agraciado com um cargo nos Estados Unidos da América? Qual cargo seu pai ocupou durante o governo de Jair Messias Bolsonaro?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É um direito do senhor. E eu vou continuar fazendo as perguntas que eu acho necessárias.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Isso é um direito seu, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Mauro Cid, muitos jornais alegam essa amizade, essa familiaridade do senhor com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Inclusive, o apelido de 05 é em referência a que o senhor seria como um filho para o ex-presidente.

Pergunto: o senhor acredita que, se fosse um dos filhos do ex-presidente que estivesse preso, ele teria admitido que ordenou a venda das joias? O senhor acredita que, se a situação fosse ao contrário, se seu pai fosse culpado pela prisão de um filho do ex-presidente, o ex-presidente e os seus filhos fariam uma delação premiada para livrá-lo da cadeia?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou passar um vídeo aqui, quem sabe esse vídeo o ajude a não permanecer em silêncio – mesmo sabendo que é um direito seu permanecer em silêncio. Sempre eu ressalto isso.

Passem o vídeo 1, por favor.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Senhor Mauro Cid, o senhor tem algum esclarecimento a fazer a respeito desse vídeo?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Eu permanecerei em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou passar para o advogado do senhor a decisão do Supremo Tribunal Federal, do ministro Alexandre de Moraes, pela qual o senhor tinha que comparecer aqui como testemunha.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Excelência, ele vai continuar na mesma linha.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu só esclareci para o senhor que ele está aqui, por decisão do Supremo, como testemunha. Não é uma invenção nossa.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Não. Mas são os fatos. Eu também contrariei o Supremo, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Bom, o enfrentamento que o senhor vai fazer com o Supremo não sou eu que vou arbitrar.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Só para lhe informar, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O enfrentamento com o ministro Alexandre de Moraes não sou eu que vou pedir para o senhor não fazer.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Sem problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Lá no Maranhão, há um velho ditado: formiga sabe a folha que corta.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sou apaixonado pela advocacia. Sou advogado. Mas eu gostaria de pedir a V.Exa. que o microfone não seja aberto para o advogado quando V.Exa. assim entender. Que ele converse com o cliente dele, porque não

veio aqui para dar *show* ou espetáculo. Que ele se coloque na condição de advogado de defesa. Se o senhor me permite, sugiro que o senhor converse com o coronel, ele responde ou não ao senhor, e pronto. O advogado orienta o seu cliente. O microfone não é...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acato a solicitação de V.Exa. Está acatada a solicitação de V.Exa.

Senhor Mauro Cid, o senhor planejou alguma ação para a difusão de *fake news* sobre as urnas eletrônicas ou dela participou? Faço essa pergunta pois a Polícia Federal identificou mensagens do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro ordenando a um empresário que ele espalhasse *fake news* sobre as urnas eletrônicas. Pergunto: o senhor também participou desse ato ou em algum outro momento foi responsável pela divulgação de *fake news*?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É um direito do senhor permanecer em silêncio; mas o silêncio – repito – fala muito.

Senhor Mauro Cid, durante realização de perícia em seu aparelho celular, a Polícia Federal encontrou mensagens em que o senhor tramava o golpe. Em um dos trechos da conversa, o senhor e o ex-militar Ailton Barros falam em pressionar o comandante do Exército Brasileiro, na época o general Freire Gomes, a liderar um movimento golpista.

Indago: o senhor, o ex-presidente Jair Bolsonaro e demais militares próximos a ele fizeram pressão sobre os integrantes da cúpula das Forças Armadas para que eles aderissem aos seus planos golpistas e decretassem uma intervenção militar no Brasil?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Com todo respeito a V.Exa., vou permanecer em silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tenente-coronel Mauro Cid, é público e notório que grande parte dos militares de alta patente das Forças Armadas era partidária do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. O senhor tem conhecimento se houve alguma reunião dos comandantes das 3 forças com o ex-presidente da República no sentido de apoiar ideias, como o fechamento do STF e do Congresso Nacional, a prisão do ministro Alexandre de Moraes e a deposição do presidente eleito, da mesma forma em que ocorreu em 64?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tenente-coronel Mauro Cid, a imprensa noticia diariamente a operação de venda das joias de valores milionários recebidas de presente pelo próprio governo brasileiro e que foram vendidas pelo senhor e pelo seu pai, general Mauro Lorena Cid, no exterior. O senhor poderia nos explicar como se deu a participação do senhor e de seu pai nesse esquema criminoso da venda das joias?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou chamar o vídeo 2. Talvez, depois do vídeo 2, o senhor resolva esclarecer. O senhor tem a grande oportunidade, hoje, de esclarecer para a nação todos esses fatos.

Portanto, chamo o vídeo 2.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tenente-coronel Mauro Cid, o senhor viu essas joias?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor viu?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom.

Tenente-coronel Mauro Cid, o senhor entende que a culpa dos manifestantes não se desmobilizarem das portas dos quartéis seria o fato de o ex-presidente da República e os generais Augusto Heleno e Braga Neto não terem aceitado publicamente o resultado das eleições? Pergunto: por que nenhuma autoridade das Forças Armadas foi a público defender a democracia e a lisura do sistema eleitoral brasileiro, sobretudo para aqueles manifestantes que pediam intervenção militar e a ruptura do Estado democrático de direito?

Por favor, passem o vídeo 3, que eu acho que vai ajudar na resposta do senhor.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu acho que já deu para o tenente-coronel Mauro Cid poder dar a explicação. Portanto, podem parar o vídeo.

Tenente-coronel Mauro Cid, conforme várias matérias jornalísticas, como o senhor viu aqui, a Polícia Federal teria encontrado em seus registros bancários várias transações e depósitos feitos pelo senhor em favor de membros da família Bolsonaro, principalmente em nome da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Como o senhor explica esses depósitos? Ainda segundo as matérias jornalísticas, esse montante de dinheiro movimentado pelo senhor nos últimos anos em prol da família Bolsonaro é próximo de 10 milhões de reais. Qual é a origem dessa dinheirama movimentada pelo senhor a mando da família Bolsonaro?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor sabe a origem, mas não quer dizer para nós, não é?

Senhor Mauro Cid, segundo consta em matéria jornalista, a cúpula militar acompanha com atenção as investigações que recaem sobre o senhor. A grande preocupação dos militares é que o envolvimento do senhor no suposto esquema para a venda de joias afete a imagem da Forças Armadas nos círculos militares. A expectativa é que, em caso de condenação, o senhor perca a patente e seja expulso do Exército. Como o senhor lida com essa situação? O senhor estaria disposto a realizar algum ato para salvar sua carreira militar, que até antes de cruzar com a família Bolsonaro era brilhante?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor tinha uma carreira brilhante... Nem isso o senhor quer dizer? Que está disposto... Nós queremos lhe ajudar a salvar a sua patente.

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Obrigado, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pode ter certeza. O senhor está vendo o tanto de jornalistas que há aqui? O Brasil está ansioso por uma resposta do senhor, mas, já que o senhor está orientado...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não aceito interferência de quem quer que seja, o senhor se mantenha calado. É assim que funciona a CPI.

O senhor não respondeu nenhuma das perguntas. O seu silêncio foi bastante elucidativo para todos nós.

Quero falar, a meu ver, da postura dos 2 advogados e da advogada, que se portaram com dignidade; ao contrário, doutor Cezar, de uns arruaceiros que apareceram por aqui dizendo que eram advogados, mas nem sequer sei se eram advogados. Nós estamos mostrando hoje para o Brasil, deputado Pastor Daniel de Castro, como nós tratamos os advogados.

Concedo a palavra ao nosso relator, deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, presidente.

Senhor tenente-coronel Cid, eu sou militar, da Polícia Militar, tenho o maior respeito pelas Forças Armadas, pelo militarismo. Se muita coisa aconteceu na minha vida, eu dou graças a Deus pela disciplina, pela obediência que eu aprendi, porque eu fui criado sem pai; um cara que veio do Nordeste para sobreviver, na década de 1970 – talvez V.Exa. nem tivesse nascido –, em 1972.

Eu entrei na polícia como se fosse a minha salvação. E era! Fiz carreira, fui soldado, fui cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento, cheguei a ser general dos praças, que o senhor sabe muito bem que é o subtenente – o cargo maior a que eu poderia chegar. Para quem não entende, você entra na vida militar como praça ou como oficial. O tenente-coronel Cid entrou como oficial. Ele fez a Aman, a Academia Militar das Agulhas Negras, a apoteose do militarismo. E o senhor sabe que nós militares temos aquele amor à pátria e àquilo tudo.

O senhor pode ter certeza de que nós não somos iguais à outra CPI. Sem criticá-la! Mas lá há um time daqui e outro dali. Um querendo aparecer, outro fazendo *selfie*, cada um falando uma coisa, o outro rebatendo. Infelizmente, está acontecendo isso lá. Aqui, não. Aqui, estamos fazendo uma CPI que foi a primeira, abrimos o caminho de uma CPI séria, com um presidente sério, como todos aqui. Não digo que lá não seja séria. Entenda bem! É uma CPI extremamente séria e importante, mas aqui não há aquele cunho político, aquele cunho ideológico que está havendo lá. Não há! Não vou fazer gracinha, quero fazer um relatório imparcial, conciso e chegar, realmente, à verdade.

Tenente-coronel Cid, sei que nós militares – vi isso ao longo da minha carreira –, quando trabalhamos com autoridade, se não tivermos muito pulso, muita determinação, às vezes, extrapolamos a nossa função. Não estou dizendo que foi o caso do senhor. Temos que nos resguardar muito disso.

Eu acredito que o senhor, como foi o primeiro lugar na sua turma, na academia... Poderia ter ido para os Estados Unidos e não estaria passando por nada disso, mas o Exército indicou o senhor para ser ajudante de ordens do presidente da República aqui, e todo o resto do desfecho vimos aqui agora.

Não vou interpelar o senhor com perguntas – estou aqui com várias – porque sei que o senhor vai ficar em silêncio. Há muitas perguntas aqui. Eu só queria dizer que esta seria uma chance de o senhor se defender caso o senhor falasse, sem aquela coisa da CPI do Congresso Nacional, em que querem atacá-lo, outros querem fazer disputa, porque eles ainda estão naquela da eleição. A eleição acabou! Eu votei no Bolsonaro e já disse isso no plenário várias vezes.

Quando eu ganhei a minha reeleição para deputado, dei uma entrevista no Metrôpoles. Ainda estava naquele clima de que quem ganhou, não vai assumir. Eu disse o seguinte: “Se quiserem tirar o presidente Lula, esperem 4 anos, vão para a oposição, façam uma oposição séria e eficiente e o tirem no voto, porque perdi 2 eleições para ganhar na eletrônica”. Perdi 2 e ganhei 2. Então, respeitem o resultado das urnas, respeitem a democracia do país! Havia colaboradores meus que iam para aquele acampamento. Quando eu descobri, falei: “Não vá! A eleição acabou. Se você for, você não trabalha mais comigo, porque a eleição tem que ser respeitada.” Respeitada!

Eu, ainda ontem, disse neste plenário: votei no Bolsonaro, mas não sou bolsonarista! Não tenho essa visão que muitos têm. E aqui mesmo neste plenário, no auge da pandemia, fiz uma crítica ao presidente pela compra das vacinas. Fiz uma crítica que ele merecia, porque realmente não foi eficiente na compra das vacinas. Quando eu saí do plenário, eu estava sendo cancelado nas redes sociais pelos meus colegas – muitos deles policiais militares, acabando comigo nas redes sociais. Que coisa horrível aquele momento que estávamos passando. Então, todo mundo erra! Ele errou! Errou! Ele não é Deus para não errar!

Não vou fazer as perguntas a V.Sa. Eu sou mais velho que o senhor – sou subtenente, e o senhor é tenente-coronel – e estou na função de deputado e relator desta CPI. Graças à democracia, um torneiro mecânico é presidente da República, um capitão é presidente da República e um subtenente é deputado. Isso é a democracia e ela tem que ser respeitada.

Eu não vou dar um conselho a V.Sa. Eu tenho mais idade que o senhor, mas eu digo o seguinte: era a oportunidade que o senhor teria para falar aqui e agora, de dizer, de responder. Era isso o que eu queria falar a V.Sa. Que Deus abençoe e guarde o senhor! Eu sei como é essa função, eu sei como é a caserna e eu não desejo a ninguém o que o senhor está passando. Que Deus o abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, presidente. Bom dia a todos, a todas e a quem está assistindo a nós pela TV Câmara Distrital. Senhor Mauro Cid e sua equipe de advogados, bem-vindos à Câmara Legislativa do DF.

Eu quero iniciar por uma polêmica que acho importante sobre esse depoimento: o uso da farda. O senhor hoje está aqui presente com o uso da farda e isso nos preocupa, porque há uma discussão na sociedade sobre qual é o papel das Forças Armadas; se o seu depoimento aqui hoje é um depoimento institucional; se o senhor representa as Forças Armadas brasileiras; ou se o senhor está aqui em sua defesa. Esse é um questionamento que eu tenho e que a sociedade faz. O senhor já fez uma opção, mas se o senhor quiser responder sobre isso... O uso da farda hoje se dá em quais condições? O senhor representa, foi orientado pelo Comando-Geral do Exército a utilizar farda hoje aqui?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Eu vou permanecer em silêncio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor compareceu à CPMI de farda e o senhor comparece hoje com a farda. Sabemos que a farda é um instrumento muito importante para o militar, inclusive para que haja diferenciação dos civis, com o destaque para as graduações da sua história militar. Isso tem uma expressão e passa uma imagem. O Código Penal Militar estabelece crimes para o uso indevido da farda também em alguns casos – é importante que se observe isso – e o senhor escolheu usar a farda. Nós também recebemos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, militares da reserva e do Exército que vieram a esta comissão parlamentar de inquérito sem farda, como também alguns da ativa sem farda. Então, nós recebemos policiais militares aqui sem farda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado, eu falei agora há pouco com a imprensa que ele podia vir com a roupa que quisesse. Só não podia entrar aqui pelado, senão seria falta de decoro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Claro. Mas essa é a opinião do senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essa é a minha opinião.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O general Dutra também veio fardado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, a fala está comigo. Muito obrigado.

O general Dutra veio fardado e os generais da reserva não vieram fardados. Mas policiais militares...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O general Dutra não está preso! É importante registrar que o general Dutra não está preso e não está indiciado pelo Supremo Tribunal Federal. Há uma diferenciação importante que tem de ser colocada. Policiais militares do alto comando do Distrito Federal vieram também, alguns, sem farda.

Eu estou dizendo isso porque há uma discussão na sociedade sobre – relator, eu vou só concluir a minha fala, só um minuto – qual é o papel institucional das Forças Armadas. E eu acho que essa discussão tem que ser feita: diferenciar quem é o indivíduo. Eu não estou falando isso exatamente contra o senhor, estou falando da diferenciação que a sociedade faz sobre quem é o

senhor – acusado de crimes –, quem é a instituição e qual é o papel da instituição nesse processo. Então, a questão da farda e do uso da farda pode ou não ter um objetivo, e eu acho que essa é uma reflexão que precisa ser feita. Nós estamos aqui hoje numa discussão que eu acho importante, levando o debate – que a CPMI já vem fazendo – para as Forças Armadas.

Aqui houve, na semana passada, a prisão de toda a cúpula da Polícia Militar. Nós sabíamos que havia uma série de problemas no procedimento, equívocos no procedimento da operação da Polícia Militar do DF – estou dizendo aqui no que tange à Polícia Militar. Faltou plano operacional, não havia efetivo; havia uma série de problemas, mas não sabíamos a motivação. O que a PGR trouxe ontem, trouxe na denúncia da semana passada, foi a motivação. Pessoas da cúpula da Polícia Militar do DF tinham adesão à tese golpista, não acreditavam nas urnas eletrônicas e acreditavam que o presidente da República ou as Forças Armadas podiam dar um golpe. Essa era uma questão objetiva da denúncia.

Então, nós queremos saber... Eu li, em uma reportagem num jornal de grande circulação nacional ontem, que o Exército teme uma operação parecida. E essa é uma questão que tem que ser discutida: qual é o papel das Forças Armadas? Nós queremos saber qual era o papel do Alto-Comando do Exército. Há uma conversa do senhor com o coronel Lawand, em que o coronel fala que o presidente tem que dar a ordem. Ele fala: "Cidão, pelo amor de Deus, faz alguma coisa, cara. Convince ele a fazer. Ele não pode recuar agora. Ele não tem nada a perder. Senão ele vai ser preso. O presidente vai ser preso. E pior, Papuda, cara. Na Papuda." E ele fala uma série de palavras e o senhor responde: "Mas o PR não pode dar uma ordem se ele não confia na ACE". ACE, segundo a interpretação da imprensa, é o Alto-Comando do Exército. Então, o senhor responde isso: "Mas o PR não pode". E aí o coronel responde: "Então, ferrou. Vai ter que ser pelo povo mesmo". Porque o senhor fala da ordem que o presidente não tinha como... Não fala que o presidente não ia dar ordem porque respeitava o resultado das eleições, falava que o presidente não ia dar ordem, porque não confiava no Alto-Comando do Exército naquele momento em que havia unidade suficiente para dar.

Depois o coronel Lawand manda mensagem para o senhor de novo: "Bom dia, irmão. Devem ter visto ontem. Querem prendê-lo. Ele tem que dar a ordem, irmão. Não tem como não ser cumprida. Acaba o Exército. Meu amigo, na saída do QG encontrei o bom Rosty, subcomandante Coter. Foi uma conversa longa. Mas, para resumir, se o Exército Brasileiro receber a ordem, cumpre-a prontamente. De modo próprio, o Exército Brasileiro não vai fazer, porque será visto como golpe." Será visto. Não é golpe. Havia acabado de ocorrer a eleição. Isso aqui não é brincadeira. Isso aqui é uma comissão parlamentar de inquérito de uma tentativa de golpe de Estado. O presidente da República não reconheceu o resultado das eleições neste país. Ele não falou quem era o vitorioso. Ele atacou as urnas eletrônicas.

Eu não acredito na tese – e eu quero dizer isso para o senhor olhando no olho – de que o senhor era um cumpridor de ordens e um carimbador. O senhor era ajudante de ordens. O senhor ocupa uma alta patente. O senhor está ostentando hoje, aqui, a sua farda, com toda a projeção, com a sua história. O senhor era o braço direito e o esquerdo e a sombra do ex-presidente Bolsonaro.

O ministro civil do Bolsonaro, ontem, falou, inclusive, que o senhor estava em todas as altas discussões da República e, quando os ministros civis saíam, o senhor defendia as teses mais negacionistas ou as teses golpistas – segundo o que esse ministro civil falou à imprensa. Por isso o senhor está sendo investigado.

Isso aqui não é brincadeira. Muitas vezes, um parlamentar ou outro, inclusive nesta comissão parlamentar de inquérito, quer fazer parecer que foi um conjunto de coincidências e que era liberdade de expressão. Não há liberdade de expressão na defesa de um golpe de Estado. Não há flexibilização da Constituição federal de 1988 na defesa da democracia. Eu acho que isso é grave. Isso é grave! Além das investigações que não nos cabe dizer aqui, porque não há, de pronto, comprovação de que eram para financiar o golpismo; é preciso que haja as investigações de crime comum, de venda de joias, de venda de relógios, porque essas também são investigações que estão sendo feitas pela Polícia Federal.

Depois, o coronel Lawand continua: “Na escuta? Soube agora que não vai sair nada. Decepção, irmão. Entregamos o país aos bandidos.” Aí, o senhor responde: “Infelizmente. Infelizmente. Peça, por favor, para avisarem ao povo que está há 52 dias cagando em banheiro químico, dormindo mal e pegando chuva. Ele merece saber a verdade.” E, aí, depois o senhor diz: “O general Heleno esteve aqui”, como se o general Heleno fosse parte dessa trama e dessa discussão.

O general Heleno veio aqui e falou, praticamente, que – na minha opinião, deputado Gabriel Magno – não houve golpe porque não havia um líder. Descredenciou o presidente Bolsonaro que, talvez, não fosse um líder suficientemente bom para dar um golpe no país. E não foi – não é, deputado Chico Vigilante? – um líder suficientemente bom, porque tentou dar um golpe, e foi o golpe da incompetência; porque, tentar dar o golpe, eles tentaram. Brincaram com a democracia? Brincaram.

Nós estamos falando de um presidente da República, deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Thiago Manzoni, deputado Max Maciel, que estava fazendo *lives*. E o senhor estava presente nessas *lives*, desqualificando a justiça eleitoral brasileira. Não era questionando, era atacando.

O presidente do PL, o Partido Liberal, disse que havia provas de fraude nas eleições de 2014 e 2018, mas não apresentou essas provas. Era uma brincadeira com a democracia brasileira.

Do meu ponto de vista, nenhum líder, nenhuma direção política séria deste país, da direita ou da esquerda, que defenda a democracia pode compactuar com um processo desse. É inaceitável compactuar com um processo desse que estamos vivendo neste país. Nós estamos falando de tentativa de bomba, nós estamos falando de tentativa de facilitar a entrada nos prédios dos 3 Poderes da República. Nós estamos falando de coisa muito séria aqui, e precisamos tocar nesses assuntos na comissão parlamentar de inquérito. É por isso que o senhor está aqui.

A nossa vocação é a defesa da democracia. Não quer dizer que ao senhor não serão imputados seus crimes, e é bom lembrar a gravidade dos crimes de que o senhor é acusado. O crime de abolição violenta do Estado democrático de direito pode lhe render 8 anos na cadeia; e o crime de golpe de Estado, até 12 anos na cadeia. São até 20 anos de cadeia a que o senhor pode ser condenado apenas pela articulação para desrespeitar o resultado das urnas, além de mais 12 anos, que correspondem à pena máxima do crime de corrupção passiva por ter se apropriado – em favor da pessoa do ex-presidente – de presentes dados ao Estado brasileiro. É disso que estamos falando de forma geral. Esse é o contexto que está colocado nesta CPI hoje.

Haverá os que vão relativizar. Relativizam o acampamento no QG do Exército como liberdade de expressão, mesmo sabendo qual era o pedido, qual era a orientação, pois havia orientação do palácio. Relativizam as mentiras em massa que não eram mentiras, eram *fake news*, porque *fake news* é um nome em inglês que, às vezes, dá uma relativizada, parece uma coisa pequena, uma coisa... Não. Eram em escala industrial, eram mentiras espalhadas para desqualificar a democracia brasileira. E eu acho que isso tem que ficar claro também quando fazemos essa discussão. Esta CPI é muito séria e, infelizmente, o senhor não veio aqui hoje para colaborar com a CPI.

A população brasileira tinha a expectativa de que o senhor viesse aqui hoje para falar sobre o mandante dos crimes contra a República brasileira, porque o senhor tinha todo o acesso, o senhor tem todas as informações para apontar o mandante da tentativa de golpe de Estado neste país. Aí alguns deputados – vai chegar a bancada da relativização –, daqui a pouco, vão dizer: “Olha, mas como houve golpe de Estado se foi assim, se não se confirmou, se não se concretizou?”

Meus amigos, a investigação do crime de golpe de Estado é uma investigação absolutamente *sui generis*, diferenciada, porque, se houvesse se concretizado o golpe de Estado, nós, provavelmente, não estaríamos sentados aqui. Talvez alguns, eu não estaria sentado nesta cadeira, porque combateria até o fim o golpe de Estado. Por isso a tentativa de golpe de Estado deve ser investigada com rigor. Cada diálogo importa.

Alguns vão relativizar o diálogo que houve: “Ah, porque foi uma brincadeira”. Honestamente,

não há brincadeira com a democracia. Não há brincadeira com a democracia. Não é brincadeira. Cada mensagem deve ser apurada da forma mais rigorosa, porque, se nós não investigarmos agora, se nós não tivermos justiça para essa tentativa de golpe de Estado, podemos viver outras tentativas, inclusive, a concretização de um golpe de Estado neste país. Isso é inaceitável, por isso requeremos sempre nesta CPI uma investigação rigorosa deste caso.

Há muito o que poderia ser perguntado, mas, infelizmente, o senhor não quer responder qualquer pergunta hoje. Ficam não só o meu lamento, mas também o meu repúdio a essa situação que nós estamos vivendo no Brasil e na comissão parlamentar de inquérito. A minha expectativa é a de que, em algum momento, o senhor faça justiça contando o que realmente aconteceu nos bastidores do Palácio da Alvorada – inclusive, segundo a imprensa, o senhor tinha um quarto no Palácio da Alvorada – e apontando o que, de fato, aconteceu e como se deu a conspiração de golpe de Estado.

Cada setor da sociedade tem sua responsabilidade; cada instituição, como a Polícia Militar, tem sua responsabilidade; mas – eu vou dizer em alto e bom som o que precisa ser dito – é preciso que se apure também a responsabilidade do Exército Brasileiro. Não do Exército como instituição, mas daqueles atores que estavam posicionados em diferentes pontos do Exército Brasileiro. Isso também precisa ser apurado, porque é uma instituição de Estado, é uma instituição que deve servir à Constituição de 1988, e não pode vacilar no serviço à Constituição brasileira.

É preciso que se apure isso. Não dá para jogar toda a bomba na Polícia Militar do Distrito Federal; não dá para jogar toda a bomba no poder civil; não dá para jogar toda a bomba nos atores políticos, palacianos do ex-presidente Bolsonaro; não dá para jogar toda a bomba naqueles atores que estavam na manifestação golpista e violenta do dia 8 de janeiro, que invadiram os prédios públicos. Também há responsabilidade, incentivo e incitação.

Essas mensagens que nós estamos lendo são de pessoas que representam a instituição, porque tanto o senhor quanto o coronel Lawand estavam na ativa e estão na ativa. Então, isso precisa ser rigorosamente investigado.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, senhor presidente. Cumprimento V.Exa., presidente desta CPI, que tem feito um papel extraordinário. Cumprimento os queridos deputados presentes: a nossa querida deputada Paula Belmonte, o deputado Thiago Manzoni, o deputado Max Maciel, o deputado Fábio Félix e o nosso relator, deputado Hermeto. Cumprimento todos os assessores que aqui estão, as pessoas que estão nos acompanhando pelas redes sociais e pela TV Câmara Distrital. Cumprimento o nobre tenente-coronel Mauro Cid e seus advogados. Agradeço-lhes por estarem aqui.

Peço a devida vênua de ter posto uma palavra, porque esta tribuna, para nós, é muito sagrada, doutores. Tenham isso. Nada é do campo pessoal, porque também sou advogado, de militância – venho do direito criminal e do direito eleitoral –, e sei muito bem o que é a advocacia. E aqui a represento, falo por ela, discuto.

Não estou chamando V.Sas. de palhaços. Não é isso. Mas esta não é uma casa de brincadeiras, não é um circo. Aqui nos propusemos a fazer um trabalho muito sério.

Eu sou bolsonarista. Votei no Bolsonaro. As minhas posições são claras, são expressas. Ontem eu fiz um discurso, nesta tribuna, falando sobre isso. Eu já votei no Lula. Eu não tenho essa dificuldade. Eu sou um homem público, eu sou pastor – estou deputado – e sei da minha posição. Eu sei para que vim para cá. E não tenho vergonha.

Lamento muito. A CPI discute muita coisa que não diz respeito aos atos antidemocráticos, que é o escopo da CPI. Lamento trazer questão de joias para cá. Eu tenho um monte de vídeos, mas

nem os vou passar, deputado Fábio Félix, do Lula não entregando presente, levando-o para ele. Falou que foi o presidente que mais ganhou presente nesta nação, que levou 11 contêineres. Não vou nem passar isso. Minha assessoria quer que eu passe, mas não vou passar nada disso.

Todo mundo sabe quem foi o Lula. E ontem eu falei que me admira a militância do PT, que aplaudiu o Lula preso. Quando saiu um mandado de prisão para o Lula, a militância foi para a rua. Quando ele estava na Polícia Federal, eles foram para a rua. Eles brigaram pelo seu líder. E ontem eu falei: eu admiro a esquerda, nesse contexto. Se ela pode, nós podemos. Eu não tenho vergonha do Bolsonaro. Não tenho vergonha.

No entanto, também não acoberto crime de quem quer que seja. Jamais, deputado Thiago Manzoni. Jamais! Até porque eu sei a minha conduta. E eu defendi o Bolsonaro. E vou lhe falar uma coisa: eu não sou do partido dele. Defendi tanto o Bolsonaro, que houve um momento em que fui matéria do *Correio Braziliense*. Bolsonaro da cabeça aos pés. Até tênis com o nome dele, eu mandei fazer. Eu fui defender uma ideologia que eu queria para o meu país.

Em contrapartida, eu tenho minhas posições. Vou discordar do meu relator, porque o presidente Jair Messias Bolsonaro foi o presidente que mais comprou vacina no mundo, fora os países que as fabricam. Eu tenho o texto aqui, deputado. Eu o tenho aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, não, por favor. Eu não vou...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, eu citei seu nome, mas não estou lhe dando resposta. Daqui a pouco, eu lhe dou. Calma.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando ele terminar a intervenção dele, deputado Hermeto, eu vou lhe conceder a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É, o senhor pode. E eu não estou recriminando V.Exa. O que eu estou falando... Deixe-me chegar lá.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não. Está bom. Eu sou muito...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu lhe dou, claro, claro! Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, quando o deputado Pastor Daniel de Castro concluir, vou lhe passar o tempo necessário para que V.Exa. possa fazer o esclarecimento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deputado Hermeto, se V.Exa. concordar, deixe-me só terminar o meu raciocínio. Aí, eu lhe dou...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não estou questionando crítica, não, pelo amor de Deus.

DEPUTADO HERMETO – Quando eu fiz a crítica... Não é que ele comprou mais vacina. No momento em que ele deixou de comprar, naquele momento, no início da pandemia...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Foi o país que mais comprou vacina, primeiramente, depois dos que fabricam.

DEPUTADO HERMETO – Deputado Pastor Daniel de Castro...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Brasil... Não havia vacina disponível, e o Brasil

foi...

DEPUTADO HERMETO – Eu votei no Bolsonaro...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto...

DEPUTADO HERMETO – Mas ele não é Deus. Ele erra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Calma.

DEPUTADO HERMETO – Ele errou na questão da vacina, da condução da vacina. Pronto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, quando o deputado Pastor Daniel de Castro concluir, eu vou passar a palavra para V.Exa. Senão não vou conceder aparte para mais ninguém daqui para frente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu só peço a V.Exa. que me conceda, lá na frente, a recomposição do tempo, porque acho que esse debate é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aí foram 5 segundos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O que é isso? Foram 2 minutos, presidente. Eu contei. Mas tudo bem. Deixe-me finalizar o meu raciocínio, deputado Hermeto, para que V.Exa. entenda.

Quando veio a pandemia, não havia vacina disponível. Por isso que ele não comprou. Mas vou chegar lá. Quando comprou, o presidente fez uma coisa de que eu discordei peremptoriamente, deputado Hermeto, e eu gostaria que V.Exa. ouvisse aqui: foi o país, fora dos que fabricam, que mais comprou vacina. E as mandou para os estados. Mandou dinheiro. E houve estado, em consórcio, que se associou e comprou vacina até em casa que vende maconha. Só que os governadores fizeram política na compra e na distribuição da vacina.

E, aqui, vai uma crítica para o presidente Bolsonaro: não soube fazer a política. Comprou e foi contra a vacina. Coisa que eu não fui. Eu me vacinei. Da minha família, todo mundo se vacinou. Por isso que eu falo que sou muito tranquilo nessas posições. Eu acho que, aí, ele cometeu um erro e pagou o preço por esse erro justamente no processo eleitoral. Era isso o que eu queria falar. É simples. Pode olhar nos *sites*.

Outro exemplo: quando o Lula ganhou a eleição foi um processo democrático. Quem põe e quem tira é o eleitor. Eu, no dia posterior, em Vicente Pires, cidade onde moro – há um totem que diz assim: “Eu amo Vicente Pires” –, eu fui para frente dele. Parabenizei Bolsonaro. Coração rasgado, porque estava indo o presidente em que eu votei e que eu queria que continuasse. Mas não houve jeito. Eu parabenizei o ministro Alexandre de Moraes pela condução. Fui criticado também, deputado Hermeto, e parabenizei o presidente Lula pela vitória, que lhe foi dada pela urna.

Eu posso ter todas as divergências, eu posso até não concordar com urna – mas eu não falei isso –, mas, quando eu o fizer, eu o farei dentro de um princípio que não impute a mim nenhum crime. Nós estamos em um Estado de direito, chamado de democrático. Eu discordo um pouquinho disso. Discordo porque recebemos bandido, narcotraficante, dentro do palácio com tapete vermelho, que, inclusive, manda prender jornalista, manda matar o pessoal do segmento LGBTQ. E a esquerda os recebe lá dentro do palácio. E isso é relativizado, mesmo, muitas vezes.

Porém, falo isso para chegarmos à situação de V.Sa., coronel. Vou falar o que sempre falo aqui: espero que a minha fala não agride corações, porque, como pastor, jamais quero fazer isso. Quando faço, tenho a tranquilidade de conversar com as pessoas. Mas eu sempre me porteio, aqui, com o seguinte direcionamento: a minha linha de conduta é pela busca da verdade real, individualização de conduta, princípio da inocência e o devido processo legal – nele incluídos a ampla defesa e o contraditório.

O que o Brasil quer? A verdade. Principalmente Brasília, porque quase 52% dos brasilienses votaram no ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Aqui quem ganhou a eleição foi o Bolsonaro! Esse

pessoal e a esquerda também, o que eles buscam? A verdade.

Eu não quero me dirigir com perguntas a V.Sa., porque V.Sa. já adotou uma determinada conduta, a qual vou respeitar porque é um direito que lhe é cabido. Mas será que o senhor poderia me responder só uma pergunta, se for, assim, pertinente?

Eu só gostaria de saber a sua idade. Eu não tive tempo de checar.

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Quarenta e quatro anos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quarenta e quatro anos.

Eu tenho 55. O senhor é um fenômeno: com 44 anos, o senhor está em uma das mais altas patentes do Exército brasileiro. Eu o cumprimento e saúdo por isso. É uma carreira nobre.

Aqui, neste momento, nós temos um entendimento entre nós: quando é pautada alguma convocação, algum convite ou chamamento de alguém para a CPI, nós aprovamos todos, de direita e de esquerda, porque nós estamos dando a essa pessoa uma tribuna, uma cadeira e um microfone aberto para o Brasil a fim de que essa pessoa tenha o direito à ampla defesa e ao contraditório.

O senhor está sendo acusado e o senhor tem uma tribuna para se defender. Quando o senhor não se defende, isso não significa que o senhor está concordando que o senhor é aquilo que alguém está falando. Não. Mas, quando não se defende, fica uma pulga atrás da orelha.

Neste momento, V.Sa. tem uma oportunidade extraordinária de falar a verdade e de trazer a justiça, que é o que nós buscamos. O Salmo 89, 14 – de que eu sempre falo, do salmista Davi – diz: “Justiça e juízo são as bases do trono de Deus”. O que nós buscamos é só isso.

Como sempre nós fazemos, eu e minha assessoria sempre nos preparamos muito para vir aqui e fazer as inquireições. Como V.Sa. não vai respondê-las – aqui atrás estão todas as perguntas –, eu vou fazer o que sempre faço. A casa é para isso. Temos correntes aqui. Isso é natural e cada um defende a sua. Eu defendo a minha.

Senhor presidente, senhor relator e demais deputados, vamos fazer uma pequena análise cronológica das afirmações que já se tornaram de domínio público após 21 reuniões desta comissão.

A Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, em seu art. 2º, inciso VI, afirmava que o Gabinete de Segurança Institucional, o GSI, passaria a integrar a Presidência da República. Matéria do portal UOL de 12 de janeiro de 2023 revelou que o GSI dispensou um batalhão inteiro que reforçava a segurança do Planalto, apenas algumas horas antes dos atos do dia 8. A *Folha de S.Paulo*, em 6 de fevereiro de 2023, publicou que o governo Lula impôs sigilo sobre as imagens de vandalismo. Diga-se de passagem, ele não queria a CPMI. Aceitou-a depois porque ia ser derrotado mesmo e porque a CNN fez um descortinamento extraordinário para esta nação, quando vieram à tona as imagens.

A revista *Oeste*, em 6 de março de 2023, afirmou que o governo Lula estava trabalhando para que parlamentares retirassem as assinaturas do requerimento dessa CPMI instalada. Portanto, podemos concluir que o governo federal não queria que as invasões fossem investigadas. Já ficou uma pulga atrás da orelha do porquê. Sabia, não é? Eles tinham acesso às imagens. Eles já sabiam. Esta CPI requisitou as imagens das invasões, e o GSI afirmou que o arquivo era grande demais e, por isso, não poderia disponibilizá-lo.

O general Dutra, perante esta comissão, declarou que, no dia 6 de janeiro, havia 150 pessoas no acampamento, informação confirmada por vários outros depoimentos. O general Dutra também afirmou que, no dia 7, começaram a chegar a Brasília muitos ônibus. A doutora Marília Ferreira afirmou, perante esta comissão, que aqueles que chegaram dia 8 estavam dispostos a confrontar as forças de segurança. O coronel Jorge Henrique da Silva Pinto declarou, perante esta comissão, que, até o dia 6 de janeiro, a PMDF não tinha informações sobre o que poderia ocorrer – afirmação coerente com o depoimento do general Dutra.

Dia 1º de agosto de 2023, o senhor Saulo Moura da Cunha afirmou à CPMI que, entre os

dias 2 de janeiro e 8 de janeiro, a Abin emitiu 33 alertas de inteligência e que, especificamente, no dia 7 de janeiro, ela fez um alerta ao ministro da justiça doutor Flávio Dino, senador Flávio Dino.

O senhor Saulo também revelou que encaminhou alertas diretamente para o celular do general G. Dias, chefe do GSI, e, ainda assim, nenhuma ação foi adotada para proteger os prédios. Na verdade, as imagens reveladas pela CNN mostraram o general e sua equipe tratando os invasores como convidados, inclusive servindo água e, pasmem, apontando a porta de saída. O próprio presidente Lula chegou a dizer: "Isso foi facilitado, porque não entraram arrombando; entraram porque, de dentro, alguém abriu". Isso é fala do presidente Lula.

É muito fácil imputar tudo ao modelo bolsonarista. É muito fácil!

Há imagens que mostram que, antes de os manifestantes entrarem, coisas lá dentro já estavam sendo depredadas; por isso, as imagens são importantes. Elas foram requisitadas ao Ministério da Justiça e, pasme o senhor, mandaram de 2 câmeras. Faltam imagens de 30, desrespeitando a CPMI e desrespeitando o eminente ministro Alexandre de Moraes, que assim determinou.

O povo está doido para saber a verdade, doa a quem doer, atinja a quem tiver que atingir. Mas nós estamos diante de leniências, de omissões de ambos os lados. Nós já temos convicção nesta CPMI, mas não dá para um parlamentar achar que só a matiz dele e o lado dele estão corretos. Temos convicção. Pena que o senhor não vai responder.

Cadê o GSI? Cadê o Batalhão da Guarda Presidencial? Cadê a Força Nacional? Se houvesse mil homens ali na Esplanada, não teria acontecido o que aconteceu. Mesmo se, porventura, tivesse havido um planejamento de golpe, esse pessoal não teria entrado nos prédios públicos, não teria destruído o Palácio do Planalto, a Presidência da República, o Congresso, o Supremo Tribunal Federal.

A CPI busca a verdade. Por isso, eu suplico que V.Sa. respondesse às perguntas, quebre esse silêncio, por mais que lhe seja um direito. Sei que o senhor tem seus advogados. É para isto mesmo, eles vão buscar a melhor defesa para o senhor; mas a melhor defesa aqui não é a do senhor. A melhor defesa aqui é a da democracia, a do país, a da nação, a do povo, que está clamando pela verdade; porque, se a verdade não aparecer, seguramente inocentes poderão pagar preços que não lhes são devidos.

O senador Magno Malta, inclusive, já declarou à CPMI que foi várias vezes à Papuda e à Colmeia, mas não encontrou nenhuma daquelas pessoas fotografadas pelo funcionário da Reuters. O que é, no mínimo, estranho. Diga-se de passagem, quando tentamos convocá-lo, não queria dizer que estamos jogando contra à imprensa, embora muitas vezes possa parecer isso. Pelo contrário, a imprensa é um dos pilares mais sagrados do Estado de direito, e nós somos afeitos a uma imprensa livre. Mas ninguém está acima da lei. Ninguém! Ninguém está acima da lei! A lei é para todos e a lei vai dizer: todos são iguais perante a lei. Todos! Que isso fique registrado.

Isso vale para todos, não se excetua ninguém, nem mesmo o presidente – ex-presidente ou presidente –, com seus chamados foros privilegiados. E sobre isso, diga-se de passagem: que injustiça nesta nação! Pessoas que não têm foro estão respondendo perante o Supremo Tribunal Federal. Portanto, tiraram-lhes o duplo grau de jurisdição. Condenadas que forem essas pessoas, como irão recorrer?

Estamos fazendo rupturas de direito, para nós, muito caras. Esta nação pagará um preço. Hoje pode ser a direita, mas não tenho dúvida de que amanhã será também a esquerda.

Olhem o que a esquerda fez neste país no passado: prédios invadidos, depredados, queimados. Digam-me quem deles respondeu perante o Supremo Tribunal Federal? Quem deles respondeu? Quais deles estão presos? Quadrilhas que assaltaram os cofres públicos desta nação.

Estou dizendo que o Lula não é inocente, ele foi descondenado. Dão valor ao depoimento de um *hacker* bandido. Que bom que trouxeram a convocação dele nesta CPI. Eu quero olhar no olho

desse moço. Eles dão valor extraordinário ao seu depoimento, à sua fala, mas ele só falou. Esquecem-se de que, em delações de empresas – aqui vou me esquivar de nomes –, disseram que depositaram milhões no exterior a um grupo de bandidos e de quadrilha do passado. E dizem que nós relativizamos.

Claro que sei que isso não é o escopo dessa CPI, mas estou falando porque os outros falam. E o parlamento é bom para isso mesmo. Todo mundo tem o direito de falar o que quiser. Por isso fomos eleitos.

Mas agora precisamos retornar à matéria do portal UOL do dia 12 de janeiro de 2023, a qual revelou que o GSI dispersou um batalhão inteiro que reforçava a segurança do Palácio do Planalto apenas algumas horas antes do dia 8. Podemos afirmar, portanto, que já não há dúvidas quanto ao fato de que o governo federal sabia o que poderia acontecer naquele final de semana.

O Lula viajou no dia 7 para Araraquara, em uma viagem, sim, de última hora, que não é peculiar. Pena que o senhor não vai responder, porque o senhor sabe o que significa uma viagem do presidente da República, anteriormente, o que a precede, a segurança que é necessária ser preparada. Mas o Lula viajou no dia 7. Ele sabia! E dispersaram o grupamento que reforçava a segurança do Palácio do Planalto. Isso precisa ser investigado! Nesse ponto, espero que os inquéritos em andamento também caminhem nessa direção por dever de justiça.

No mais, se por um lado já podemos considerar que alguns membros da nossa exemplar Polícia Militar podem ter errado quanto à segurança da Esplanada no dia 8, por outro não podemos fechar os olhos para aquilo que está claro, como a luz do dia: o governo federal e as suas instituições e estruturas falharam! O governo federal também tem responsabilidade quanto às invasões. Isso é um fato indiscutível e, tal como, precisa ser investigado.

Dito isso, vamos rememorar algumas ações adotadas pelo governo federal. Às 18 horas e 23 minutos do dia 7 de janeiro, sábado, véspera dos atos de vandalismo, a Polícia Federal encaminhou ao ministro da justiça o Ofício nº 5/2023, por meio do qual o doutor Andrei alertou o senhor Flávio Dino de que o grupo que estava vindo para Brasília pretendia se deslocar para a Esplanada e promover ações hostis, danos contra prédios dos ministérios, do Congresso, do Palácio do Planalto e até do Supremo Tribunal Federal.

Às 19 horas e 11 minutos do dia 7, cerca de 40 minutos depois do recebimento do ofício da PF, o Ministério da Justiça elaborou a Portaria nº 272/2023, dispondo sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, embora o expediente só tenha sido publicado 2 dias – pasmem os senhores – depois das invasões. Estou falando do dia 10 de janeiro.

Às 19 horas e 58 minutos daquele mesmo dia 7 de janeiro, ou seja, 1 hora e meia depois do recebimento do ofício da Polícia Federal, o Ministério da Justiça redigiu e assinou o Ofício nº 48/2023, por meio do qual informou ao governador do Distrito Federal sobre as manifestações de pessoas que tinham a intenção de promover ações hostis e danos aos prédios. Ou seja, após o recebimento da Polícia Federal, a primeira atitude do ministro da justiça foi elaborar a Portaria nº 272, e não alertar o Governo do Distrito Federal. Nesse caso, é importante reforçar a informação de que se tratava de um sábado à noite.

A questão é que a Abin já havia emitido 33 alertas e, uma vez que o órgão central de inteligência da segurança pública do Brasil, a Dint, localiza-se no Ministério da Justiça, conforme o depoimento do doutor Anderson Torres, torna-se difícil acreditar que a informação ainda não era conhecida pelo governo federal, mesmo antes do ofício da Polícia Federal.

Além disso, o general Dias foi avisado diretamente em seu celular e, mesmo assim, dispensou o batalhão que reforçava a segurança do Palácio do Planalto. Essa informação não pode ser relativizada. A pergunta a ser formulada neste ponto é: por que o ministro da justiça não fez nenhuma ligação direta para o governador do Distrito Federal, preferindo enviar um ofício, em um sábado à noite, para tratar de um assunto tão grave? WhatsApp, ofício no sábado à noite, gente? Nós somos deputados. Eu acabei de olhar que tenho 1.173 mensagens que me chegaram. Eu não

consigo responder todas. É um monte de gente mandando-me indagações, criticando, aplaudindo. Isso é democracia, mas não conseguimos responder a todos. E fazem isso sábado à noite.

Além disso, o expediente enviado ao GDF sugeria apenas e tão somente que fosse impedida a circulação de ônibus de turismo no perímetro entre a Torre de TV e a praça dos 3 Poderes, nada além disso. Outro detalhe que merece registro é o teor do item IV desse ofício enviado ao GDF.

Naquele item, o ministro da justiça afirmou, taxativamente, que tanto o Ministério da Justiça quanto as forças federais estariam monitorando o movimento e estariam à disposição para o emprego imediato, caso necessário, nessa atividade tão grave que nós estamos aqui investigando.

Todos sabiam. Todos erraram.

Obrigado, presidente.

Deus nos abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acho importante pontuar para a população que está assistindo a esta CPI que a todas essas perguntas com relação ao emprego do Batalhão do Exército foi facultada oportunidade ao deputado perguntar. O G. Dias esteve sentado, aqui, nessa mesma cadeirinha onde está o tenente-coronel Cid. Deveriam ter indagado isso ao G. Dias. O general Dutra também esteve aqui, poderiam ter perguntado para ele. General Heleno também esteve nessa mesma cadeira.

Portanto, se há uma coisa a que, pelo menos eu e o relator, não estamos dispostos nesta CPI é ficar caçando chifre em cabeça de jumento, porque jumento não tem chifre.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto, que foi citado e eu lhe disse que, ao final, lhe concederia a palavra.

DEPUTADO HERMETO – Presidente, não é objeto desta CPI o assunto vacina, mas eu queria só acrescentar que toda a mídia nacional sabe que, na época, houve uma demora na compra da vacina, mas isso não é o tema desta CPI.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra agora a deputada Jaqueline Silva, titular, que eu chamo pela ordem de chegada. A deputada saiu para resolver algo urgente, mas ela terá o direito de falar na hora que retornar a esse plenário.

Portanto, agora, na condição de suplente e tendo chegado antes que os demais, concedo a palavra por até 15 minutos ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente.

Bom dia, acho que é a primeira vez que eu inicio minha fala ainda durante a manhã. Cumprimento o senhor Mauro Cid e afirmo que o seu depoimento é importante, apesar do seu silêncio, porque revela questões para nós fundamentais, relacionadas ao escopo desta CPI.

Apesar de o senhor demonstrar nenhuma vontade de responder às questões, eu vou insistir em 2.

O senhor conhece o sargento Luis Marcos dos Reis?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Eu vou permanecer em silêncio.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok.* O sargento Luis Marcos dos Reis, presidente, acho importante a CPI escutar isto, era assessor do Mauro Cid e fez vários depósitos, inclusive nas contas do próprio Mauro Cid, e movimentou a quantia de mais de 3 milhões de reais, segundo relatórios da Polícia Federal, do Coaf. É importante saber qual era a relação do Mauro Cid com o sargento Reis e para que servia essa movimentação financeira.

Há uma segunda questão que quero lhe apresentar, Mauro Cid.

Presidente, vou apresentar um áudio do advogado do Mauro Cid, rapidamente, do meu celular.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está autorizado a colocar o áudio dentro do seu tempo. Se ultrapassar o tempo, eu vou cortar o som.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Será dentro do tempo. Obrigado, presidente.

(Apresentação de áudio.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Essas palavras saíram de uma entrevista concedida à Rede Globo pelo advogado do senhor Mauro Cid, em que ele afirma que o seu cliente era apenas um militar que cumpre ordens.

Eu lhe digo, Mauro Cid: ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal. Se a ordem é um crime, o senhor não é obrigado a cumpri-la. O senhor, como militar, sabe disso? Ou o senhor desconhecia isso e cumpriu, mesmo sabendo que as ordens do ex-presidente da República eram ilegais?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou permanecer em silêncio, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok.*

Eu imagino que o senhor saiba, como o seu advogado também deve saber, que ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal. Se a ordem não é legal, não se cumpre, sendo a pessoa militar, civil, assessor ou não.

Eu gostaria de pedir para a equipe da comunicação passar o vídeo que encaminhei, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Gabriel Magno, está autorizada a exibição do vídeo desde que não ultrapasse o tempo de V.Exa.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Foi cortado o início, mas deu para pegar o espírito do vídeo, presidente. O senhor Mauro Cid iniciou o seu depoimento dizendo que a função que cumpria era apenas protocolar, indicada pelas Forças Armadas. Bolsonaro disse, várias vezes, que o senhor era o homem de confiança do presidente da República. Era do núcleo duro, da família. Tinha com ele relações pessoais e políticas.

Então, não cola a tese de que a sua função, como ajudante de ordens, era apenas e meramente protocolar. O senhor era da alta confiança do ex-presidente da República. O vídeo mostra, inclusive, o desespero do ex-presidente Bolsonaro a partir da decisão do ministro Alexandre de Moraes de determinação da quebra de sigilo e sua convocação.

O ex-presidente sabe que o senhor está envolvido em todo o processo que é escopo desta CPI. O Bolsonaro sabia da tentativa de golpe, planejou-a e organizou-a. O senhor não só sabia disso, como compactuou com todo o plano e também foi ponta de lança de várias das ações investigadas por esta CPI, pelo Supremo Tribunal Federal e pela Polícia Federal. É muito grave o que aconteceu.

Eu vou trazer novamente, Mauro Cid, mensagens do seu WhatsApp. O senhor tinha um grupo consigo mesmo para o qual mandava mensagens. Acho que essa é uma prática comum que vários de nós temos. Eu tenho um grupo em que eu coloco as minhas tarefas e notícias importantes.

Nesse seu grupo com você mesmo, Mauro Cid, havia um documento que é a receita do bolo do golpe orquestrado e planejado pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro, que deu errado, que falhou pela incompetência também daqueles que o planejaram.

O deputado Fábio Félix trouxe aqui que foram pegadas, no celular do ex-presidente, mensagens em que membros das Forças Armadas brasileiras pediam ao senhor, pela sua relação de confiança pessoal com o ex-presidente da República, que interviesse e convencesse Bolsonaro a dar a ordem do golpe. Então, não cola a tentativa de dizer que não sabia ou que apenas cumpria ordens ou que cumpria uma função protocolar no Palácio do Planalto.

O senhor foi um membro do núcleo político duro do ex-governo, um ex-governo que foi derrotado nas urnas cujo resultado o presidente não reconheceu; um ex-governo que, infelizmente, senhor Mauro Cid, corrompeu uma parte do comando das Forças Armadas brasileiras, do Exército Brasileiro. Envergonha essa instituição saber que havia general e coronel por trás da articulação da tentativa de um golpe de Estado. Esta, presidente, é a questão central desta CPI: a tentativa de um golpe de Estado.

Coronel Cid, o senhor tem 44 anos e não viveu o horror que foi o último golpe militar neste país, em 1964. Ele matou pessoas; torturou, sequestrou, perseguiu brasileiros; levou este país a um processo de endividamento, a dívidas que até hoje o povo brasileiro precisa pagar; corrompeu a estrutura dos militares neste país. Houve um colega do senhor que, nesta cadeira, ainda tentou menosprezar isso.

A tentativa de um golpe de Estado é muito grave porque quem pagou pelos golpes que este país sofreu foi o povo brasileiro. O último golpe militar, de 1964, que instaurou uma ditadura sanguinária, sangrenta, violenta, está na memória do povo brasileiro. Foi isto que uma parte dos militares, infelizmente, tentou fazer de novo: um golpe militar neste país. Essa é a questão central desta CPI.

A tentativa de um golpe não é lixo folclórico, como o senhor Anderson Torres e o senhor Heleno, que se sentaram nessa cadeira, tentaram afirmar. Eles mentiram para esta CPI. Não é lixo folclórico, não foi uma fantasia. Aconteceu, doeu muito para milhões de brasileiros e dói até hoje. Há cicatrizes ainda abertas do último golpe militar e do último golpe de Estado, como foi reconhecido pela justiça em 2016.

Digo isso, presidente, porque a articulação golpista foi feita em torno do principal beneficiado pelo golpe, que seria o ex-presidente da República Bolsonaro, além da sua família e da laia golpista que tentou sequestrar o Estado brasileiro. Esses eram os principais beneficiados da tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro, que não começou no dia 8 de janeiro.

Desde o início do governo do ex-presidente da República, isso era orquestrado, não só pelas falas do ex-presidente da República, mas pelas ações na tentativa de envolver as Forças Armadas para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro; nas denúncias de corrupção que estão sendo investigadas agora, inclusive por senhores de alta patente do Exército Brasileiro. Compra e venda ilegal de joias! Inclusive, seu pai está sendo acusado. O sentimento de impunidade era tão grande que, além da tentativa criminosa de vender as joias, ele ainda aparece, em uma dessas tentativas, em um reflexo ao tirar foto para anunciar em um *site* de vendas de joias não sei de onde. É a expressão máxima da tentativa do sequestro do Estado brasileiro que se deu nos últimos 4 anos e que, felizmente, o povo brasileiro, democraticamente, derrotou.

E agora, senhor Mauro Cid, vai acontecer o que não aconteceu depois do golpe de 1964. Por isto é que esta CPI é tão importante, este parlamento é tão importante, e as instituições brasileiras são tão importantes para fazer a justiça de transição. Nós não vamos permitir, desta vez, anistia para os golpistas, como houve em 1964. Quem cometeu crime contra o povo brasileiro precisa pagar. Precisa pagar perante a democracia, perante o povo, mas também perante a justiça. É isso que está em jogo agora, e essa é a questão central desta CPI.

A tentativa da sua defesa, infelizmente, não vai colar. O povo brasileiro não acredita mais. E o senhor, com todo respeito, infelizmente envergonha as Forças Armadas brasileiras e o Exército Brasileiro. Esta instituição, que tem como foco e missão cuidar do Estado brasileiro, infelizmente lamenta que nos seus quadros haja pessoas que foram corrompidas com o plano de poder de um golpista, de um genocida que tirou várias vidas, infelizmente, por negar a ciência, por contaminar ideologicamente o Estado brasileiro contra a vida do seu próprio povo.

Eu tenho muita crença, senhor presidente – e mais uma vez parablenzo a sua condução desta CPI –, nesta CPI, na CPMI do Congresso Nacional e em todas as investigações que correm na Polícia Federal, no Supremo Tribunal Federal e na Polícia Civil, que, aliás, hoje está com busca e

apreensão – adivinha só –, em mais um membro da família Bolsonaro, agora o 04, por fraude. Não serão inocentados esses que se beneficiariam com o golpe de Estado para tentar jogar debaixo dos panos e limpar todos os crimes que cometeram contra o povo brasileiro.

O senhor tem uma chance aqui, agora, e nesse processo, que é ajudar nas investigações para sabermos a verdade que o povo brasileiro merece. A opção de ficar em silêncio é um direito do senhor, mas ela não vai garantir a sua inocência. Eu espero que a justiça seja feita e que todos aqueles que cometeram crimes contra o povo brasileiro paguem por todos eles.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, na condição de suplente, por até 15 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, muito grata pela gentileza. Eu quero pedir a Deus que nos abençoe; abençoe o tenente-coronel Cid, a sua família, o coração de vocês, porque imagino que não esteja sendo fácil, em especial para sua família.

Tenente-coronel, eu não tive a oportunidade de estar aqui logo cedo, mas eu sei que o senhor fez um discurso de apresentação. O senhor acabou de falar para nós que tem 44 anos, e estamos vendo que a sua patente é de tenente-coronel. O senhor pode nos falar, ou repetir, sobre a sua carreira no Exército?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Eu prefiro permanecer em silêncio, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ok.

As minhas palavras serão breves hoje, rápidas, mas foi falado aqui a respeito da justiça. A justiça é muito importante. Nós temos um grande símbolo da justiça, que é uma mulher com vendas nos olhos – eu já fiz até um discurso na Câmara dos Deputados a respeito disso. A justiça tem que ser justa para todos, sem ver a quem. Do mesmo jeito que todos nós, como seres humanos, temos que fazer o bem sem olhar a quem, nós temos que ter justiça sem olhar a quem.

Nesse sentido, o deputado que me antecedeu colocou um áudio dizendo que o Exército é feito de hierarquias, e que se responde e se aceita um comando de alguém; e eu quero trazer aqui que o general Dias e o GSI serviram água para os golpistas. Serviram água para os golpistas. Tiraram água geladinha da geladeira e entregaram a eles. A serviço de quem? Comandado por quem? Mandado por quem? Fica aqui a pergunta. Por que o general G. Dias e seus subordinados, a comando de quem, estavam servindo água?

O presidente Lula falou, e foi relatado pela imprensa, pela Globo, em uma entrevista, que alguém abriu a porta do Palácio do Planalto! Não sou eu quem está falando. Foi o presidente que falou. Quem abriu a porta? No comando de quem? O general G. Dias esteve sentado aí à mesa e, quando questionado por todos os parlamentares, deixou claro – claro – que não recebeu informações do Ministério da Justiça, que é do Flávio Dino! Quem está mentindo? É interessante aqui, também, olharmos o que está acontecendo politicamente, porque existem fatos concretos importantes! Quais são os fatos? Um: houve omissão do governo federal e do Ministério da Defesa, segundo o general G. Dias, que era um homem de confiança do presidente Lula – até então era, porque ele o nomeou falando que era um homem de confiança. E qual é o problema de qualquer um ter um homem de confiança? Mas, se ele é um homem de confiança, ele estava sendo mandado por alguém! Não precisa ser tão inteligente para ver isso! Quem mandou tomar a água? Servir a água? Quem mandou abrir as portas do Palácio do Planalto, como o próprio presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva falou? Quem? Quem estava servindo a ordem? Onde está a informação que o próprio general G. Dias disse que não recebeu do ministro da justiça?

Outra coisa interessante: quero dizer aqui que sou uma parlamentar do Distrito Federal e sou uma grande defensora da segurança pública do Distrito Federal. Estão tentando desconstituir a instituição Polícia Militar e não vão conseguir! A Polícia Militar do Distrito Federal é uma referência nacional. A Polícia Civil do Distrito Federal é uma referência nacional. O Corpo de Bombeiros é uma

referência nacional. No mesmo dia em que o Metrôpoles soltou uma mensagem dizendo que a Abin tinha as informações que o general G. Dias disse que não tinha – quem é esse homem de confiança e estava sendo mandado por quem? –; no mesmo dia em que foi colocado isso em xeque, prenderam a nossa Polícia Militar.

Eu, deputados, não tenho problema nenhum com farda, nenhum problema com farda! Eu vejo que o nosso Exército Brasileiro, a força de defesa brasileira, em todos os países democratas, existe e é fortalecido. Mas, em países comunistas, em países ditatoriais, essa força, na realidade, oprime as pessoas. Não tenho problema nenhum, muito pelo contrário, quando há audiência pública, e vem um monte de gente fardada de vermelho, eu os recebo numa boa, porque é uma opção! Entendeu? É uma opção! Os bombeiros são laranja. Há um monte de gente do MST, com blusa vermelha. Todo mundo tem esse direito, e as cores são bonitas, porque foram feitas por Deus e trazem a beleza. Agora mesmo, estamos tendo os ipês amarelos, uma beleza para os nossos olhos!

Nós precisamos respeitar as instituições. E eu registro aqui o meu respeito ao senhor, tenente-coronel. Se o senhor cometeu alguma falha, que a justiça seja feita, mas que a justiça seja feita ao senhor e também a todos os militares que estavam no comando desse governo, que abriram a porta do Palácio do Planalto e que serviram água. Que todas as pessoas que foram filmadas lá, como foi falado para o nosso delegado Leonardo semana passada, que todas as pessoas que estavam lá invadindo o Palácio do Planalto – não é portador de máquina fotográfica que tem isenção nem salvo-conduto –, que todas estejam presas.

Que Deus abençoe esta CPI, porque o escopo dela não é joia nem os 11 contêineres que o presidente Lula levou para casa e não sabe nem onde os colocou. Na realidade, ele colocou no sítio de Atibaia. O escopo desta CPI são manifestações de que há vândalos que têm que ser presos e que nós não vemos dentro da prisão.

Muito grata, presidente. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada Paula Belmonte.

Nós vamos suspender a reunião por 15 minutos. Há aquele lanchinho que eu sempre compro com o meu dinheiro. É um lanche simples. Nós vamos à salinha para comê-lo. Quem tiver necessidade de ir ao banheiro também poderá ir. Em 15 minutos, no máximo, nós voltaremos. Muito obrigado às pessoas que estão assistindo a esta reunião.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 11h54min, a reunião é reaberta às 12h16min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a reunião.

Estou chamando os deputados pela ordem de chegada.

Concedo a palavra, por até 15 minutos, ao deputado Thiago Manzoni, que está aqui na condição de suplente.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Bom dia, presidente; bom dia aos demais parlamentares que estão aqui, à população do Distrito Federal e do Brasil, que assistem a esta reunião pela TV Câmara Distrital ou pelo YouTube; bom dia, coronel Mauro Cid; bom dia aos advogados que acompanham o coronel, sejam bem-vindos à Câmara Legislativa.

Coronel, eu vou falar porque V.Exa. vai permanecer em silêncio, fazendo uso do seu direito de ficar em silêncio.

Esta CPI nasceu para investigar os atos acontecidos em 2 dias: no dia 12 de dezembro de 2022 e no dia 8 de janeiro de 2023. Inobstante, acabamos percebendo que se fala de muitos assuntos aqui. Hoje falamos até de vacina. Falamos de vacinas, falamos de assuntos diversos. E falamos desses assuntos normalmente porque ideologicamente uma ala da CPI – às vezes, até com alguma violência argumentativa – quer atingir, de maneira direta e frontal, o presidente Jair Bolsonaro, que presidiu o Brasil até 31 de dezembro de 2022. É de se esperar que seja assim: o

presidente Bolsonaro é o único líder político existente no Brasil hoje que arrasta multidões por onde anda. Ele saiu da presidência e continua a exercer, sobre a população brasileira, a sua liderança.

Então, apesar de tratarmos de outros assuntos, isso acontece porque o Bolsonaro continua sendo o centro do debate político. Vai completar 8 meses que ele não é mais presidente, mas ele continua no centro. A direita continua no centro do debate político, as nossas ideias, os nossos valores, os nossos princípios e, de alguma maneira, o Bolsonaro personifica esses valores, esses princípios. Por isso, ele apanha tanto e, quanto mais ele apanha, mais cresce.

Outro dia, ele foi receber um título na Assembleia Legislativa de Goiás, em Goiânia, e o local se entupiu de gente para ver o presidente Bolsonaro. Ele anda nas ruas, nos aviões e continua tendo o mesmo apoio popular que sempre teve. Em grande medida, essas pessoas que apoiam o presidente Bolsonaro e que viram o que aconteceu no Brasil durante 14 anos de governo petista decidiram mudar e encontraram, em Bolsonaro, um representante daquilo em que acreditam. Em grande medida, essas pessoas têm dúvida quanto ao que aconteceu em 2022.

Não é sem motivo que essas pessoas têm dúvida, e isso foi tratado aqui também. Vez por outra, caímos nas urnas. Hoje tocaram aqui na questão das urnas também. Mas não é sem motivo que essas pessoas têm dúvidas em relação a isso, ao processo como um todo. Temos um presidente sentado na cadeira da presidência hoje que foi retirado da cadeira, foi condenado em 3 instâncias de julgamento. Foi condenado na 13ª Vara Federal de Curitiba por um monte de crimes, foi condenado pelo Tribunal Regional Federal, que aumentou a pena que tinha sido imposta a ele, e o STJ manteve a condenação dele pelos crimes que cometeu. Então, é natural que a população olhe e fale: "Pô, tem alguma coisa errada. Como esse cara foi tirado da cadeia, ele anda na rua, não tem apoio popular nenhum, como é"...

(Microfone interrompido.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aperte de novo.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Então, as pessoas se perguntam: "Como é que é isso?"

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso foi castigo da natureza. Não fui eu, não.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Eu acho também que Lula ter voltado para a presidência foi um castigo da natureza contra o Brasil, um castigo imerecido, um castigo que o povo brasileiro não merecia. Mas faz parte. Faz parte! Bolsonaro venceu em 4 das 5 regiões do Brasil. Faz parte. Mas é natural que, às vezes, a população pense: "Como é que é isso?"

É engraçado, e até interessante ver, assistir aos discursos de alguns dos parlamentares que me antecederam aqui. Durante muitos anos, a esquerda falou sozinha. Não havia debate político no Brasil. Era um monólogo. Só a esquerda falava, e eles se acostumaram com isso. Eles acham que incorporam o poder, que incorporam a democracia em si mesmos. Houve um deputado que me antecedeu que falou assim: "Desta vez, nós não vamos permitir que eles não sejam presos". Não, mas calma aí. Há Poder Judiciário ainda. Não é a esquerda que permite ou deixa de permitir que isso ou aquilo aconteça numa nação, mas eles estavam tão acostumados a falar sozinhos, a não ter contraponto, que eles acham que incorporam a democracia em si mesmos.

Falou-se também aqui em relativização. Numa espécie de exercício futurístico, um deputado que me antecedeu falou que viria o pessoal da relativização, mas, quando esta CPI começou, os deputados de esquerda chamavam o pessoal que estava na frente do quartel-general de terroristas, e inobstante, doutor Cezar, eu tenha lido a lei que define o que é terrorismo no Brasil e tenha dito: "Olhe, ficar na frente do quartel-general não é ato de terrorismo", eles falaram assim: "Não, mas, para nós, é. Não importa o que diz a lei; para nós, é". Eles estavam acostumados a falar sozinhos, e nem a lei valia.

Ora, ao logo do tempo, viu-se que, naquele quartel-general, só havia 150 pessoas no dia 6 de janeiro de 2023, 2 dias antes da depredação dos prédios públicos aqui em Brasília. Na verdade,

havia 300 pessoas: 150 acampadas e outras 150 eram pessoas em situação de vulnerabilidade social, que iam para lá porque havia comida de graça. Aqui, quando a CPI começou, eles eram chamados de terroristas: "Imagine, é um grande acampamento com mais de 25 mil terroristas. Estavam lá". Agora já se sabe que não eram terroristas. E até as pessoas que foram presas – aproximadamente 2 mil pessoas foram presas no quartel-general, no dia 9 de janeiro –, mais de mil daqueles que foram presos vão fazer um acordo de não persecução penal agora. Não podem ser terroristas! Porque, se admitirmos que são terroristas, então estamos admitindo que a República Federativa do Brasil está fazendo um acordo de não persecução penal com terroristas. Eu não posso admitir isso! Não é possível que isso seja assim!

Então, o que se vê é que, na verdade, os discursos vão mudando conforme a realidade vai se apresentando – mas não são os discursos da direita. Os discursos dos parlamentares de direita sempre permaneceram os mesmos aqui. O que aconteceu é que, com o passar do tempo, verificou-se que os discursos desses deputados estavam corretos. O que mudou foi o discurso da outra ala. Ao se observar o flagrante comportamento inadequado – para dizer o mínimo, e para não dizer criminoso – do general do Lula, precisamos mudar um pouquinho a discussão: "Não. Calma aí. Não podemos focar no general Gonçalves Dias, vamos colocar isso para outro canto, porque não dá. Senão chega muito perto do Palácio do Planalto, chega muito perto do Ministério da Justiça." A CPMI pede as câmeras. "Não. Não pode mostrar as câmeras." Que problema há em mostrar as câmeras do Ministério da Justiça? Qual o problema em mostrar o que aconteceu no dia 8? Não se quer a verdade? Qual é o problema?

Então, nunca se relativizou nada aqui. Pelo contrário, sempre saiu da boca do deputado Pastor Daniel de Castro, da deputada Paula Belmonte, do deputado Joaquim Roriz Neto, da minha boca, que quem cometeu crime tem que ser punido pelos crimes que cometeu. Mas entendemos que o Estado de direito no Brasil adota o princípio da presunção da inocência, que vale para todos. Entendemos que as condutas precisam ser individualizadas – e precisam. Não existe esse negócio de crime coletivo. Agora está acontecendo: a verdade está sendo posta diante de todos nós.

Então, as condutas, não só daqueles que invadiram, mas das autoridades públicas que eventualmente se omitiram, têm que ser investigadas. Essas condutas também precisam ser individualizadas. Não é possível que toda a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal seja culpada pelos atos do dia 8 e só a cúpula seja culpada, quando aqueles coronéis – ou muitos deles, pelo menos – estavam lá em combate, foram feridos no dia 8. Será que só eles são responsáveis pelo que aconteceu? Acredito que não. Acredito que não.

Falou-se aqui também, um pouco antes de mim, sobre liberdade de expressão, e falou-se assim: "A liberdade de expressão encontra limites". Não encontra. Não no texto constitucional. "É livre a manifestação do pensamento", diz o art. 5º brasileiro, "vedado o anonimato". Você pode expressar tudo o que você quiser, é vedado o anonimato. Se você causar danos a alguém, você responde pelos danos que causou. Se você cometer crime ao falar, você responde pelos crimes que cometeu.

Falou-se aqui também – e fala-se muito – em tentativa de golpe, exaustivamente. Aliás, 1964 foi evocado aqui hoje – mais uma vez. Falou-se aqui de tentativa de golpe. Na verdade, é o seguinte: sempre que a esquerda não está no poder, na cabeça de todo esquerdista, é golpe. É sempre assim. *Impeachment* da Dilma, golpe; o Temer, golpista; o Alckmin, golpista. "Não, espere aí. Agora, ele é vice do Lula". "Ah, é mesmo". "E agora?" "Ah, não, mas ele falou que o Lula queria voltar para a cena do crime. E agora, como é que faz?" "Não. Vamos relativizar". "Não. Não podemos relativizar, porque falamos que a direita é que relativiza". Calma. Como é que é isso tudo? Como é que funciona? Bolsonaro foi presidente durante 4 anos. "Durante 4 anos, foi tramado um golpe!" Calma aí, o cara era presidente. Mas não pode, se não for da esquerda, é golpe. Aí, o Lula foi tirado da cadeia e foi alçado à presidência da República. "Agora não é golpe. Agora é democracia, senhores. Bem-vindos à democracia!"

Mas eles estavam acostumados a falar isso tudo sem um contraponto. Agora há contraponto.

Há contraponto na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Câmara Legislativa, nas redes sociais. Às vezes, as redes sociais dão voz a esse contraponto. Muitas vezes. Muitas vezes. "Ah, existem mentiras nas redes sociais". Claro. Existe mentira em tudo quanto é canto! "Há mentira no WhatsApp". É lógico que há mentira no WhatsApp. Há mentira em tudo quanto é canto. Mas por que querem impedir que as pessoas usem o WhatsApp e rede social? É porque a rede social e o WhatsApp deram voz a quem não tinha voz antes: a direita. A direita agora fala e é ouvida. Aí, é golpe! Aí, é golpe! É tudo uma grande tentativa de golpe.

A situação é tão esdrúxula – para dizer o mínimo – que chegaram ao ponto de dizer que o art. 142 da Constituição Federal é inconstitucional. O texto da Constituição Federal foi rotulado de inconstitucional – a sua literalidade! Ainda bem que ainda há juristas no Brasil, como o ministro Ives Gandra, que é capaz de se expor ou tem a coragem, na verdade, de se expor e dizer: "Não. Calma aí. Vocês estão brincando que vocês vão dizer que a letra da Constituição é inconstitucional."

Agora existe um contraponto. Existem pessoas se contrapondo e, normalmente, com argumentos mais robustos do que os da esquerda. A esquerda é boa de jargão. Ela usa jargões que são espécies de gatilhos cognitivos que travam o debate. "Vou perder o debate com base nos fatos, nos argumentos e na razão. Preciso de um jargão: É golpe, é justiça social", é sei lá o quê. São jargões. Jargões que são só gatilhos mentais que não param de pé diante dos fatos e de argumentos racionais. O grande problema em que eles se veem colocados hoje é que os fatos e os argumentos racionais têm prevalecido. Eu espero que aqui, nesta CPI, os fatos e a racionalidade prevaleçam ao final de todo o trabalho que está sendo feito.

Coronel Cid, eu entendo V.Exa. preferir fazer uso do direito de ficar calado. Eu não gostaria de estar na posição em que o senhor está em razão do seu ofício. Espero que Deus conduza as investigações. Se o senhor for inocente de tudo de que é acusado, que isso fique provado e que toda a população brasileira venha a saber disso.

Deus abençoe todos. Bom dia. Bom trabalho a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por até 15 minutos, ao deputado Max Maciel, na condição do suplente.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputado Chico Vigilante.

Saúdo todos os que acompanham esta Comissão Parlamentar de Inquérito, os advogados e a advogada aqui presentes, o senhor tenente-coronel Mauro Cid. Antes de iniciar as minhas perguntas, mesmo respeitando a decisão de não se pronunciar – que eu respeito –, porque é um direito que o senhor tem, é só importante enaltecer um fato da semana passada: a alta cúpula da PM estar presa, porque vínhamos falando, aqui na CPI, da omissão que aconteceu durante todo o processo que levou ao dia 8: o dia 12, o dia 24 e o dia 8.

Não foi um apagão de segurança pública – eu vinha repetindo isso várias vezes –, porque nós conhecemos o *modus operandi* e já atuamos junto com a corporação em outras atividades e sabemos como funcionam muito bem as instituições no Distrito Federal e no Brasil. Houve um plano de omissão integrada, não um plano de ação integrada, que fique isso registrado. Eu concordo que não tem que se responsabilizar só a cúpula da PM, nós temos que pegar também quem estava na Secretaria de Segurança Pública e permitiu e colaborou com esse processo também.

Eu não estou defendendo general nenhum, pelo contrário, que se ache a verdade, mas ouvi dizer aqui, por exemplo, que a porta do palácio estava aberta. É importante reforçar que o secretário executivo do GSI era o Penteadado, que era ligado diretamente ao Heleno, que permaneceu com o G. Dias e que não executou o Plano Escudo, conforme a orientação dele, tanto que eles brigam dentro do Palácio do Planalto. O senhor Penteadado virá aqui, se eu não me engano – certo, presidente? Acho que ele estará presente aqui, e vocês vão poder perguntar por que ele não acionou o Plano Escudo.

Bem, vamos, aqui, então, para alguns questionamentos, na sua liberdade de permanecer

calado, senhor tenente-coronel Mauro Cid. O senhor conhece os kids pretos?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Vou me manter em silêncio, deputado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Eu vou tentar aqui explicar para as pessoas que talvez não compreendam o que é isso. É uma elite do Exército, com um manual de operações especiais, inclusive que diz, em um dos seus tópicos, insurgência: uso intensivo das práticas de guerra irregulares por um grupo radical ou movimento extremista que recorre à luta armada para concessão dos seus objetivos. Isso é insurgência, e o que diz um trecho desse manual, 4.6.2.4.2: uma insurgência pode ou não contar com o apoio externo, oriundo de atores estatais ou não estatais. Dentre as formas de apoio, destaca-se: alinhamento ideológico e disseminação de proselitismo insurgente; apoio político; assistência financeira; auxílio militar, incluindo assessoria técnica, treinamento e provisão de equipamentos, armas e munições; concessão do uso do território para treinamento; apoio operacional às ações específicas e envolvimento direto de ações armadas e operações de combate. Está no manual do Exército.

Pergunto, senhor Mauro Cid: o senhor é um kid preto?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio.

DEPUTADO MAX MACIEL – O senhor vai permanecer em silêncio, mas nós sabemos que o senhor é um kid preto. Nós sabemos que o ex-presidente Bolsonaro tentou, por duas vezes, ingressar nessa elite do Exército e não conseguiu. Nós sabemos que parte dos generais que cercavam o ex-presidente Bolsonaro também eram kids pretos, nós sabemos que estavam, nos atos do dia 8, vários kids pretos infiltrados; e nós sabemos que todos esses *modus operandi* estavam em articulação.

O silêncio é uma prece – e eu respeito –, mas *print* não some. *Print* não some. Em ato de fraude constatado e comprovado, não há como voltar atrás. Em ato de minuta de golpe com toda lógica, não há como voltar atrás. Isso não sou eu que estou dizendo. Isso está nos autos, e o senhor tem todo o direito de se defender.

Nós estamos pegando a linha que nos permitiu estar aqui hoje. Nem eu nem o senhor gostaríamos de estar aqui, hoje. Não estamos aqui hoje pelo acaso. Estamos aqui hoje por uma linha histórica de tentativas sucessivas de questionar a institucionalidade democrática deste país.

É golpe, sim, quando a ex-presidenta é expulsa por um regimento interno e, depois, o organismo diz que ela não era culpada. Isso é golpe. Se fosse legal, devolveriam o cargo a ela. Isso é golpe, deputado Thiago Manzoni. No mundo, existe uma nova forma de fazer um golpe. Ele pode ser armado. Quase todos eles eram armados, mas se encontrou, na institucionalidade, um caminho, também. E sabe por que ele tentou e não conseguiu o golpe? Porque são necessários 4 elementos: o poder econômico estar envolvido – e não estava; o poder da imprensa auxiliando – não estava; ele não tinha todos os generais com tropa; e apoio popular, que ele não tinha também.

Diante de tudo que temos em mãos – *prints*, conversas, minutas, interlocuções, pela forma como vocês inclusive ficaram tristes por não terem conseguido convencê-lo a fazer a ruptura – faço uma pergunta.

É importante dizer, senhor Mauro Cid, que o senhor não é só um ajudante de ordem. O senhor é chefe da ajudância! É importante que as pessoas pensem nisso. O senhor não é só a pessoa que leva um papel. O senhor coordenava uma equipe de ajudância de ordem. Correto?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL – Boa é a leitura corporal. Sei que o senhor balançou a cabeça. Então, o senhor concorda que não era meramente um ajudante. O senhor era chefe da ajudância de ordem.

Por ser chefe da ajudância de ordem, o que fez o senhor crer que a proximidade com o ex-presidente era suficiente para pressioná-lo e convencê-lo com relação à GLO?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio.

DEPUTADO MAX MACIEL – O roteiro do golpe havia sido discutido com o ex-presidente?

MAURO CÉSAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio.

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente deputado Chico Vigilante, não vou tomar muito tempo, não. Estou satisfeito com a forma como o depoente respondeu, porque a linguagem corporal vai demonstrar muito bem as reações.

É importante que a CPI caminhe um pouco mais, conforme tudo que o deputado Fábio Félix pontuou. O Brasil precisa dar o retorno à população de que tudo aquilo não pode acontecer novamente. O que aconteceu não foi pouca coisa. A história não pode anistiar qualquer pessoa envolvida diretamente com a ruptura institucional, colocando em crise a democracia brasileira.

Assim encerro e agradeço, presidente. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estamos chegando ao final, e o microfone está começando a falhar.

Tenho tentado e vou continuar tentando fazer com que esta CPI não se torne um Fla x Flu. Nas eleições passadas, eu achei uma afronta as pessoas quererem desrespeitar a vontade popular. Houve uma eleição e houve um vencedor. Esse velho discurso de que tiraram o Lula da cadeia... Não é que tiraram o Lula da cadeia. Ele ganhou no Supremo. E eu me curvo às decisões da Suprema Corte brasileira. Ele também não é o primeiro presidente no mundo que estava preso, consegue ser inocentado pela justiça e vai disputar a presidência. O mais notório exemplo de todos e para o bem da humanidade foi o Nelson Mandela. Foi importante o Nelson Mandela sair da prisão para ajudar acabar com o *apartheid*, na África do Sul. O Lula saiu da prisão e está ajudando a acabar com o *apartheid* da pobreza neste país. Milhões estavam desamparados. Não é correto dizer que foi o Nordeste que elegeu o Lula. Não! Foi o país inteiro. Ele teve mais votos no Nordeste? Teve. Mas teve do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. E teve 42% no Distrito Federal.

Portanto, quero pedir às pessoas que mantenhamos o nosso foco. Não culpo as Forças Armadas, até porque temos tido um relacionamento muito correto com as Forças Armadas. Quando o chefe da assessoria parlamentar, um general do Exército, veio conversar conosco a respeito dos depoimentos de militares nesta CPI, ele veio em nome do general Tomás – estou dizendo isso aqui – e cumpriu tudo o que acertamos. Os generais vieram aqui, e os deputados tiveram a oportunidade de perguntar tudo que queriam a eles. Eles, de maneira humilde, responderam. O tenente-coronel Cid veio hoje, e foram-lhe feitas perguntas também. Ele tem o direito de ficar calado, e eu o respeito. Ele trouxe 3 advogados, e eu o respeito. Acho importante que eles estejam aqui.

Inclusive, deputado Fábio Félix, quero dizer ao doutor Cezar Bitencourt que, na hora em que o senhor, com a sua equipe de advogados, sentir que o coronel Cid pode vir aqui e acrescentar algo às investigações que estamos fazendo, vamos convocar uma sessão extraordinária e ouvi-lo novamente, porque sei que ele tem muito a falar. É bom que ele fale em público e jogue luz sobre as coisas. Portanto, quero facultar aqui, doutor Cezar Bitencourt... Na hora... Pode ser sábado. Nós convocaremos e estaremos aqui para ouvi-lo.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esse é o objetivo. Temos mais 3 meses de trabalho pela frente. Sei que o tenente-coronel Cid tem muita coisa a esclarecer. Até acho que ele estava com vontade de falar algumas coisas hoje. Rapaz, não há coisa pior – estou falando como nordestino, tenente-coronel Cid – do que você ser acusado, ficarem o tempo todo acusando-o, e você não responder. Sei que você quer responder. Vamos dar a você esta oportunidade. Você teve a grande oportunidade hoje. Mas eu também sei que, quando você constituiu um advogado, você não é doido de não seguir os conselhos dele, não é?

Portanto, o doutor Cezar aconselhou o senhor a ficar calado, mas quem sabe, daqui a algumas horas, ele não lhe diga que está na hora de falar? E, aí, vocês, achando que está hora de

falar, nós estaremos aqui dispostos a ouvi-los, para o país inteiro tomar conhecimento.

Eu tenho visto que a família do senhor tem sido atacada. Eu tenho visto o quanto o pai de vossa senhoria tem sido atacado. Não há coisa pior do que mexerem com o nosso pai, com a nossa mãe. Portanto, o senhor, nesta CPI, terá uma grande oportunidade de esclarecer tudo do que está sendo acusado. Esse seria o grande momento. O senhor não quis, mas, doutor Cezar Bitencourt, eu deixo à disposição do senhor. O senhor, orientando o seu cliente, na hora em que quiser, nós estaremos à disposição.

Antes de encerrar os nossos trabalhos – eu sei que o senhor quer fazer um agradecimento –, eu quero, quebrando o protocolo, Bispo deputado Pastor Daniel de Castro – eu já promovi o homem de pastor para bispo –, passar a palavra para o senhor Cezar Bitencourt.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT – Senhor presidente, deputado Chico Vigilante, sempre vigilante, eu gostaria de cumprimentar o senhor pela presidência dos trabalhos. Eu gostaria de cumprimentar todos os parlamentares pela postura, pela elegância, pela seriedade, pelo exercício democrático do seu mandato. Nós respeitamos, nós somos, acima de tudo, democratas. Defendemos o Estado democrático de direito até embaixo d'água. A liberdade de expressão, de investigação, de manifestação, tem de estar acima de tudo. E o parlamento é o representante disso. Mas também, como professor, como advogado, como doutrinador, como democrata, vossa excelência sabe, e eu sei, que temos o direito de defesa. Evidentemente, há muita coisa que ele gostaria de falar. Mas ele tem que respeitar a orientação da sua defesa. Mas eu quero destacar a postura... Eu fiquei encantado com os parlamentares. É um direito (ininteligível), estão exercendo o seu mandato, legitimamente conquistado nas urnas, o que nós aplaudimos. Porque eu, historicamente, defendo a ordem democrática do Estado brasileiro. Porque é assim que se faz democracia. Mas você precisa ter o contraditório, precisa reconhecer o direito do cidadão que está sendo acusado. Tem que seguir isso. Gostaríamos de falar... Eu, pessoalmente, tenho uma tendência de "*se hay gobierno, soy contra*". Sempre disse isso. Mas tenho o orgulho e a satisfação de não ter tido – nunca tive e não terei – nenhum vínculo com o partido democrático. Não gosto de político partidário. Eu me sinto mais liberal como um pensador, como eu sou. Mas respeito e defendo essa ordem e todos os que querem ir. Não tenho vínculos mais próximos com políticos de qualquer natureza. E alguns que comentamos ali, que até já se foram. Não é? Mas sempre eu estou independente. Eu seguia a linha do liberal independente democrático. Mas quero aproveitar a oportunidade para trazer o reconhecimento de um defensor do Estado democrático de direito pela elegância, pela postura e pela seriedade com que vossas excelências exercem o seu mandato. Isso engrandece todos nós. "*No creo en brujas, pero que las hay, las hay.*" "*Si hay gobierno, soy contra*". É uma expressão de estudante, antes da faculdade de Direito. Mas o respeito por isso que está havendo é absoluto, total. Defendo, escrevo, luto, brigo, mas eu sou um liberal, sou um democrata.

Presidente, cumprimento o parlamento, cumprimento os oradores e V.Exa., por quem eu tenho admiração, porque está sempre vigilante. Cumprimento todos da nossa defesa, aqui. Ele terá oportunidade, mas não é oportuno, e a defesa técnica é que tem a responsabilidade disso. Seja comandante, capitão, general, para ser defendido por mim, tem que seguir a minha orientação. E eu não tenho patente nenhuma. Nem na minha casa.

Então, excelência, cumprimento a todos. O nosso agradecimento eterno. Continue com o mandato, com a dignidade e a grandeza que V.Exa. tem demonstrado aqui.

O nosso muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, doutor Cezar Bitencourt, doutor Jair Pereira e doutora Vania Bitencourt, que estiveram aqui assistindo o tenente-coronel Cid.

Agradeço a todos os deputados e demais presentes nesta reunião, bem como à imprensa do Distrito Federal e do Brasil aqui presente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)



Documento assinado eletronicamente por **ROMILDO PEREIRA - Matr. 13173, Chefe do Setor de Taquigrafia - Substituto(a)**, em 25/08/2023, às 16:10, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1307675** Código CRC: **E7E43779**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3— CEP 70094-902— Brasília-DF— Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1307675v12